

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO



**ESTUDO DA CONTRIBUIÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE
FOMENTO E DO MICROCRÉDITO NO DESENVOLVIMENTO
EMPREENDEDOR DE PALMAS/TO**

**STUDY OF THE CONTRIBUTION OF A FOSTERING
INSTITUTION AND MICROCREDIT IN THE ENTREPRENEURIAL
DEVELOPMENT OF PALMAS/TO**

**ESTUDIO DE LA CONTRIBUCIÓN DE LA INSTITUCIÓN DE
PROMOCIÓN Y MICROCRÉDITO EN EL DESARROLLO
EMPRESARIAL DE PALMAS/TO**

Delson Henrique Gomes

<https://orcid.org/0000-0001-6431-607X>

Professor do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Doutorando em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)

E-mail: delson@uft.edu.br

Valéria de Lucena Ribeiro

<https://orcid.org/0000-0001-5422-5377>

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)

E-mail: valeria_ribeiro@uft.edu.br

Marli Teresinha Vieira

<https://orcid.org/0000-0001-9651-4337>

Professora do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Doutora em Administração pela Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)

E-mail: marlivieiracont@uft.edu.br

RESUMO

O microcrédito pode despontar como instrumento alternativo para aqueles que desejam empreender. Assim, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a contribuição do microcrédito para o crescimento e o desenvolvimento da atividade empreendedora de Palmas – TO. A metodologia adotada fundamentou-se numa abordagem qualitativa e dividiu-se em duas etapas. A primeira correspondeu à realização de uma entrevista semiestruturada a três instituições de fomento, na ocasião realizou-se um procedimento documental examinando-se dados referentes ao perfil dos empreendedores beneficiados, de forma a evidenciar qual a predominância dos tomadores de crédito. Analisou-se, também, a concepção desses bancos no que diz respeito à concessão do microcrédito oferecida para o desenvolvimento empreendedor

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

em Palmas. A segunda etapa compreendeu em um estudo de caso mediante uma entrevista semiestruturada a uma empreendedora usuária do crédito. A análise dos resultados demonstrou que os empreendedores mais atendidos tem sido aqueles que atuam na formalidade e que o microcrédito tem auxiliado tanto no início do negócio quanto na ampliação daquele já existente, tem sido utilizado tanto como capital de giro, por meio da compra de matéria-prima para produção e também para trazer algum investimento no empreendimento, colaborando, dessa forma, para o crescimento do negócio.

Palavras-Chave: Empreendedorismo; Microcrédito; Desenvolvimento; Palmas/TO.

ABSTRACT

The Microcredit can emerge as an alternative instrument for those who wish to undertake. Thus, the general objective of this research was to analyze how this has contributed to the growth and entrepreneurial development of Palmas - TO. The methodology adopted was based on qualitative approach and was divided into two stages. The first corresponded to a semi-structured interview to three development institutions, documentation of the profile of the entrepreneurs benefiting the predominance of credit borrowers. It was also analyzed the conception of these banks with regard to the granting of microcredit for business development in Palmas. The second stage consists of a case study semi-structured for a credit user entrepreneur. The results analysis showed that the most attended entrepreneurs have been those who act in the formality and that the microcredit has assisted both in the beginning of the business and in the expansion of the already existing one, has been used as both working capital, through the purchase of material -prima for production and also to bring some investment in the enterprise, thus contributing to the growth of the business.

Keywords: Entrepreneurship; Microcredit;. Development; Palmas/TO.

RESUMEN

El microcrédito puede surgir como una herramienta alternativa para aquellos que deseen emprender. Así, el objetivo general de esta investigación fue analizar cómo ha contribuido al crecimiento y desarrollo empresarial de Palmas - TO. La metodología adoptada se basó en un enfoque cualitativo y se dividió en dos etapas. La primera correspondía a una entrevista semiestruturada con tres instituciones gestoras, en el momento en que se llevó a cabo un procedimiento documental examinando los datos relativos al perfil de los empresarios beneficiados, con el fin de mostrar el predominio de los prestatarios. También analizamos el diseño de estos bancos con respecto a la concesión de microcréditos ofrecidos para el desarrollo empresarial en Palmas. La segunda etapa incluyó un estudio de caso a través de una entrevista semiestruturada con un empresario de usuarios de crédito. El análisis de los resultados mostró que los empresarios más atendidos han sido los que actúan en formalidad y que el microcrédito ha ayudado tanto en el inicio del negocio como en la expansión de ese existente, se ha utilizado tanto como capital de trabajo, a través de la compra de materia prima para la producción y también para llevar alguna inversión en la empresa, colaborando así, colaborando así, colaborando así, para el crecimiento del negocio.

Palabras clave: Emprendimiento; Microcrédito; Desenvolvimento; Palmas/TO.

1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, a má distribuição de renda e a recessão econômica aumentaram o número de empreendedores no Brasil. As pessoas pobres e excluídas do mercado formal de trabalho passaram a utilizar o empreendedorismo como alternativa para

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

gerar renda e ocupação, abrindo seu próprio negócio como solução para a falta de emprego reinante na economia brasileira (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

No mercado brasileiro, de acordo com relatório sobre microcrédito do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), hoje existem cerca de 10,1 milhões de estabelecimentos, entre eles, empresas de micro e pequeno porte e micro empreendedor individual (SEBRAE, 2020), o que representa 99% do total dos empreendimentos. Essas são responsáveis por mais de 52% dos empregos e das ocupações geradas. Além disso, 2/3 desses empreendimentos são constituídos por negócios informais, ou seja, que não possuem registro (SEBRAE, 2020). Muitas pessoas entram na informalidade procurando a saída para a sobrevivência econômica fora da dependência de uma situação de emprego formal.

Instituições internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, defendem uma atenção por parte das políticas públicas ao empreendedorismo, estimulando a criação de micro e pequenas empresas que podem contribuir com o desenvolvimento econômico. Existem indivíduos com perspectivas para alavancar o crescimento de seu pequeno negócio (formal ou informal), mas que não têm nenhum tipo de recurso financeiro a que recorrer.

Nesse sentido, deve-se pensar como o governo pode estimular e fornecer oportunidades de crescimento para o setor de micro e pequenas empresas. Ações devem ser tomadas, a implementação de medidas que estimulem e facilitem essas pessoas a formalizarem suas atividades econômicas, bem como um acesso mais facilitado ao crédito. Estudos realizados por bancos fornecedores de crédito como o Banco do Nordeste comprovam que a criação de programas de microcrédito voltados para empreendedores não só se mostraram viáveis do ponto de vista do custo operacional e da baixa inadimplência, como também contribuíram para melhorar as condições de vida das populações envolvidas (NERI e MEDRADO, 2010, p. 138).

As pequenas empresas precisam de crédito para se desenvolver, e o custo deste no Brasil tem sido alto. Assim, grande parte dos empresários das micro e pequenas empresas não conseguem atender às exigências dos bancos. Dessa forma, conseguindo-se esse benefício, o crédito deve ser orientado tornando-se um programa gerador de emprego e renda. E, uma vez que os micro e pequenos empreendedores têm acesso a dinheiro para investir em seus pequenos negócios, esses empreendimentos irão crescer e se expandir de tal forma que mais empregos e oportunidades serão gerados, melhorando-se as condições materiais de vida e sociabilidade dos beneficiados com o crédito.

Nessa perspectiva, o microcrédito é responsável pela viabilização econômica de projetos que levam o país a um nível maior de desenvolvimento; nas economias populares, tem a função de possibilitar aos micro negócios os recursos necessários para a manutenção do que é básico para o funcionamento de suas atividades. Dessa forma, o microcrédito, tem sido o principal instrumento das chamadas políticas de geração de emprego e renda que surgiram mundo afora, como resposta à crise do emprego. É importante observar que o microcrédito apresenta características diferentes das políticas assistencialistas tradicionais, pois o mesmo visa criar oportunidades que insiram o público beneficiado no processo, conseqüentemente não constitui uma política de doações ou subsídios, porém viabiliza alternativas mais concretas ligadas à geração de emprego pelos beneficiários. (BRAGA; TONETO JR, 2000).

De acordo com Gonzalez, Righetti e Di Sérgio (2014), o microcrédito é compreendido como “a concessão de crédito de pequena monta, utilizando metodologia diferenciada”. Para os autores, essa modalidade tendo sido utilizada como maneira de redução da pobreza e promoção do desenvolvimento sócio-econômico da população de baixa renda. Apesar das

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

metodologias diferencias, com algumas semelhanças básicas ocorrem entre elas, como “pequenos empréstimos, uso de garantias sociais, proximidade entre os clientes e o agente de crédito e instituição e taxas de juros sustentáveis, mas não subsidiadas”.

Tendo em vista a possibilidade da utilização do microcrédito pelos empreendedores para que possam desenvolver e fomentar seus negócios, sua captação apresenta-se como um programa incentivador às empresas, pressupondo que garante o capital necessário à criação e à manutenção de suas atividades, possibilitando alternativas mais concretas para seu planejamento.

O microcrédito desponta como fonte alternativa de recursos e presume-se que o mesmo pode impulsionar o início do negócio bem como seu desenvolvimento por pessoas que conhecem e possuem vontade de realizar alguma atividade empreendedora. Dessa forma, a concessão de crédito pode vir a apresentar-se como uma ferramenta que estimula a autonomia e a capacidade de quem deseja empreender, ao tempo em que possibilita um custo relativamente baixo para aqueles que não possuem acesso aos sistemas de crédito convencionais no mercado financeiro. Nesse íterim, o artigo tem como objetivo principal analisar a contribuição do microcrédito para o crescimento e o desenvolvimento da atividade empreendedora de Palmas – TO.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. MICROCRÉDITO NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo Lima (2009), a Ásia e América Latina na década de 1970 foram palco do surgimento de experiências de concessão de crédito aos pequenos empreendedores e à população de baixa renda, utilizando práticas inovadoras que eram compatíveis às possibilidades e limitações do seu público-alvo. Tais práticas alcançaram sucesso, de forma que na década de 1970 e 1980 disseminaram-se instituições de microcrédito em todo o mundo.

Embora a maior parte das organizações de microcrédito fosse não governamental – ONGs sustentadas por doadores, a partir do fim da década de 1980 passaram a adotar um enfoque diferente, sustentando-se e tendo uma preocupação de garantir crédito de forma permanente aos microempreendedores que, por sua vez, eram excluídos do acesso ao sistema bancário tradicional. Assim, muitas dessas ONGs transformaram-se em instituições financeiras e passaram a ser reguladas pelas autoridades monetárias de seus respectivos países.

O sistema financeiro tende a assumir um o caráter conservador, o que acaba excluindo determinados segmentos do acesso ao crédito, a exemplo, as micro e pequenas empresas, empresas nascentes, etc., assim, para lidar com esse problema surgiu em uma série de países do Terceiro Mundo instituições de microcrédito com o objetivo de buscar por meio de instrumentos alternativos, atender às necessidades de recursos daqueles que, de alguma forma, buscavam empreender (BRAGA; TONETO JR, 2000).

Em Bangladesh destaca-se a existência do Grameen Bank como sendo a experiência de microcrédito mais famosa e replicada em todo o mundo. O projeto foi idealizado por um professor universitário, Muhammad Yunus, o mesmo utilizava-se de seus recursos para emprestar aos moradores de uma aldeia. Em 1976, o Grameen veio a tornar-se um operador de crédito regularizado e em 1983, tornou-se um banco sendo inserido no sistema financeiro e regulado pela autoridade monetária de Bangladesh (MOURÃO, 2019).

Cabe ressaltar que desde o início do Grameen Bank a exigência de garantias reais era descartada quando da concessão de empréstimos. O que se preservava era um esquema de

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

fiança solidária em que o empréstimo concedido aos empreendedores se tornava responsabilidade de todos (MOURÃO, 2019).

Para Lima (2009, p. 13), “Na América Latina, a primeira instituição a adotar práticas operacionais características do microcrédito foi a ACCIÓN Internacional que surgiu a partir do trabalho dos chamados Accionistas”. A partir de 1973 a ACCIÓN identificou que ofertar crédito a taxas de mercado poderia possibilitar crescimento a micronegócios em Recife, no Brasil, passando a realizar pequenos empréstimos aos empreendedores locais.

De forma diferente do que acontecia em países da Ásia e em alguns países da América Latina, o microcrédito no Brasil até 1994 praticamente inexistia. Tinha-se apenas o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) e o Banco da Mulher, que operava com sete filiais. Nesse período a concessão de crédito era organizada por ONGs e o enfoque principal era o meio rural, objetiva-se mais a questão social do que o retorno que pudesse haver com a utilização do recurso.

Após 1994, os governos municipais e estaduais passaram a apoiar a criação de programas e organizações chamados de “Bancos do Povo”, que eram especializadas em microcrédito para que pudessem operar diretamente com os empreendedores. Nesse contexto, Costa (2010) ressalta que em relação aos bancos públicos federais a iniciativa mais antiga foi a do Crediamigo do Banco do Nordeste (BNB), em que o crédito era concedido em grupos solidários, onde existia a união voluntária e espontânea de pessoas interessadas assumindo-se a responsabilidade conjunta quando do pagamento das prestações. O mesmo visava oferecer o crédito orientado aos empreendedores de baixa renda da Região Nordeste, parte de Minas Gerais e Espírito Santo e ainda está em vigor. De acordo Neri e Medrado (2010, p. 133), o Crediamigo é “o maior programa de crédito produtivo popular no Brasil, ofertando sozinho mais microcrédito que todos os outros programas brasileiros de microcréditos juntos.”

O Banco do Nordeste Brasileiro (BNB) criou uma OSCIP denominada Instituto Nordeste Cidadania tendo em vista sua operação direta com o microcrédito. Realizava a análise de crédito, assessoramento empresarial e acompanhamento dos pagamentos, tendo como foco a região rural do semiárido nordestino. Tal experiência destacou-se por ter sido o primeiro exemplo brasileiro de intervenção governamental entre banco público federal e o microcrédito.

O BNDES passou a apoiar o crescimento das organizações que já existiam, para isso criou o Programa de Crédito Produtivo Popular com o objetivo de fomentar uma indústria de microfinanças no Brasil, para tanto passou a ofertar *funding* para os agentes repassadores de microcrédito. No ano de 2003 com o Governo Lula da Silva houve mais facilidade e ampliação de acesso ao crédito por parte dos microempreendedores tanto formais quanto informais, além de serviços financeiros como conta corrente, poupança, seguros e etc, pela população de baixa renda (COSTA, 2010).

A partir de 2005, houve a criação do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado tendo como característica o atendimento direto e no local onde se executava a atividade empreendedora. Com isso passou a haver uma aproximação entre instituições financeiras comerciais e as desse tipo de microcrédito, de forma a estabelecer-se regulamentação de repasse de recursos por parte destas as instituições de microcrédito.

A partir de dezembro de 2006, o Conselho Monetário Nacional mudou os valores máximos dos empréstimos do microcrédito, passando a ampliar o público beneficiado pelo programa que obrigava os bancos a emprestar 2% dos saldos captados em contas correntes em operações de crédito de pequeno valor, o objetivo era reverter a queda que vinha ocorrendo nas operações (COSTA, 2010).

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

2.2. AGÊNCIAS DE FOMENTO E MICROCRÉDITO NO TOCANTINS E EM PALMAS-TO

Para Goulart e Neto (2012), as organizações de microcrédito chamadas Bancos do Povo apresentam-se como exemplos de instituições financeiras de microcrédito sem fins lucrativos.

Existem algumas possibilidades de microcrédito no Tocantins e em Palmas com objetivo de financiar as atividades produtivas dos pequenos negócios, levando em consideração a compatibilidade com as necessidades e capacidade de pagamento dos empreendedores. Destas, pode-se destacar as seguintes:

2.2.1. Agências de fomento do Tocantins

A agência de fomento do Tocantins apresenta-se como impulsionadora de microcrédito não somente em Palmas, mas nos demais municípios do Estado. A instituição utiliza um modelo de crédito produtivo orientado com taxas de juros reduzidas tendo como objetivo o estímulo e ampliação de empreendimentos de micro, pequenas, médias empresas, microempreendedores individuais (MEI) e informais (SAMPAIO, 2016).

De acordo com agência de fomento do Tocantins (2018), o microcrédito destaca-se como uma das linhas de crédito oferecidas, podendo ser concedido para pessoa física, moto taxi – PF, pessoa jurídica – MEI e Moto Taxi – MEI. Quando tratar-se de pessoa física informal que possua atividade comercial instalada no Estado do Tocantins e que esteja ligada ao setor de comércio ou prestação de serviço, pode ser oferecido investimento fixo, sendo máquinas, equipamentos, móveis e melhorias nas instalações, possuindo limites de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00, com juros de 2,79% a 5,00% a.m, e prazo de até 36 meses, em relação ao capital de giro, este possui limite de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00 com taxas de 3,28% a 5,00% a.m, com prazo de 24 meses. Pode, ainda, ser oferecido ao capital misto, que corresponde à junção de investimento e capital de giro, com limites de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00 juros de 3,28% a 5,00% a.m e prazo de até 36 meses.

No que se refere aos empreendedores moto taxistas que atuam no Estado do Tocantins como pessoa física e Microempreendedor Individual, estes podem financiar investimento fixo, correspondendo à moto que será utilizada na respectiva atividade. Em relação às condições de financiamento, estas possuem limites de até R\$ 10.000,00 e prazo de até 33 meses.

Relacionado à Pessoa Jurídica – MEI instalados ou que pretendem se instalar no Estado e estejam ligados ao setor de comércio ou prestação de serviços pode ser concedido investimento fixo como máquinas, equipamentos, móveis e melhorias nas instalações, com limites de R\$ 5.000,00 a R\$ 20.000,00, juros de 2,08% a 5,00% a.m e prazo de até 36 meses, capital de giro com limite de R\$ 5.000,00 a R\$ 20.000,00, juros de 2,27% a 5,00% a.m e prazo de até 24 meses. Além destes, também é oferecido capital misto, sendo a junção de investimento e capital de giro, como limites de R\$ de 5.000,00 a R\$ 20.000,00, taxa de juros de 2,68% a 5,00% a.m e prazo de até 36 meses.

2.2.2. Banco do empreendedor

O Banco do Empreendedor do Tocantins (2018) possui a missão de contribuir com o desenvolvimento econômico do Estado, especialmente no que diz respeito aos pequenos empreendedores, uma vez que fornece microcrédito para que possam iniciar e ampliar seus negócios. Prioritariamente visa atender pessoas com pouco acesso às tradicionais linhas de crédito dos grandes bancos, com um processo menos burocrático e taxa de juros abaixo do mercado.

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

São oferecidos pela instituição financiamentos que variam entre R\$ 1.000,00 R\$ 10.000,00, seguindo os seguintes critérios: investimento, que corresponde a financiamento com prazo de até 24 meses, incluindo o período de carência e capital de giro com prazo de até 12 meses e carência máxima de 3 meses, tendo correção mensal de 1% ao mês. Possui como público alvo Microempreendedores Individuais dos mais diversos segmentos, como confecções, salão de beleza, padaria, confeitaria, integrantes de sistemas associativos, micro produtores rurais e pessoas físicas (BANCO DO EMPREENDEDOR, 2018).

2.2.3. Banco do povo

O Banco do Povo de Palmas (2018) foi criado pela prefeitura em maio de 2006 com o objetivo de fomentar a possibilidade de geração de emprego e renda por meio de atividades de micros e pequenos empreendedores formais e informais do município.

Segundo Goulart e Neto (2012), no ano de 2012 o banco do povo de Palmas apresentava cerca de 2.360 contratos desde a sua criação, demonstrando nesse mesmo ano uma taxa de inadimplência de 11% (de todos os contratos citados) para pessoas físicas, e de 13% para pessoas jurídicas. Na concepção dos autores, ao se considerar esses valores como válidos, verifica-se que os mesmos são altos quando comparados com o banco inspiração do microcrédito solidário, Grameen Bank, 3,38% ao mês ou se comparado ao maior programa de microcrédito do Brasil, Crediamigo, que apresentou inadimplência de 0,84% no ano de 2004. Em relação aos empréstimos, estes em sua maioria até 2012, eram concedidos a mulheres, e em grande parte para aquelas que atuavam como vendedoras de roupas, as “sacoleiras”.

De acordo com informações do Banco do povo de Palmas (2018), foram concedidos 847 empréstimos ao total de microempreendedores atendidos de 2013/2016, destes 60% foram do sexo feminino, sendo que as principais áreas concedidas foram: serviços, cabeleireiras, costureiras, agricultura familiar e comércio geral. Para Goulart e Neto (2012, p. 5), “A predominância feminina no quadro de financiados é uma tendência dos programas voltados para o microcrédito, desde o seu precursor, o Grameen Bank, até o maior programa de microcrédito do Brasil, Crediamigo”. Tendo em vista a possibilidade de fomento de atividades empreendedoras o Banco do povo de Palmas oferece atualmente uma linha de crédito disponível com parcelamento de até 36 meses a juros de 1% ao mês para Microempreendedor Individual.

Além do quadro feminino, o Banco do Povo de Palmas apresenta outra característica predominante, que é a concessão de empréstimos para pessoas que atuam no setor comercial, 68% dos contratos efetuados até 2012, restando 16% para o setor rural e 8% para o setor industrial.

2.2.4. Demais instituições financeiras públicas e privadas

Além das instituições citadas, existem outras que também oferecem microcrédito em Palmas e no Tocantins como o Banco da Amazônia, que possui o programa Amazônia florescer urbano, o qual oferece microcrédito produtivo orientado. É concedido capital de giro isolado para compra de insumos, matéria prima e mercadorias para Microempreendedor Individual, com prazos de até 12 parcelas mensais, sendo a primeira operação de até R\$ 3.000,00 possui encargos financeiros pré-fixados, sendo a taxa de juros de 2,4% ao mês e tarifa de abertura de crédito de até 3% do valor da operação para prazos iguais ou superiores a 120 dias (BANCO DA AMAZÔNIA, 2018).

O microcrédito Produtivo Orientado da Caixa econômica federal é oferecido para empreendedores formais, informais e individuais. O valor do crédito a ser concedido depende da capacidade de pagamento, e seu valor mínimo é de R\$ 300,00, chegando até R\$ 15.000,00

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

conforme evolução do negócio. Possui prazo de pagamento de 4 a 24 meses, sendo de 12 meses na primeira contratação (CAIXA, 2018).

Além das citadas, outras instituições também colaboram com programas de microcrédito e incentivo ao empreendedorismo em Palmas, e no Tocantins. São eles: Banco Itaú, Sicoob, Sicred, Banco do Brasil, Santander, HSBC.

2.3. EMPREENDEDORISMO NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo Machado e Nassif (2014), as primeiras referências relacionadas ao empreendedorismo são atribuídas ao grupo de fisiocratas liderado por François Quesnay (1694-1774), para o qual o capital era proveniente da terra. Juntamente com Cantillon (1680-1734), entendiam os empreendedores como sendo indivíduos que exerciam papel relevante no equilíbrio entre oferta e demanda, procurando impulsionar mudanças no mercado com a finalidade de se obter lucro.

Os autores citados ressaltam que na concepção de Cantillon, os empreendedores encaixavam-se na classe de agentes econômicos que se engajavam na realização de trocas no mercado, assumindo riscos tendo como escopo a obtenção de lucro. Ele considerava o empreendedor como alguém dono de seu próprio trabalho, incluindo nessa categoria os artistas, comerciantes, cientistas e até mesmo mendigos e ladrões.

No pensamento inglês a noção de empreender foi introduzida por Adam Smith (1723-1790) com a publicação em 1776 da obra *Riqueza das Nações*. Em sua concepção o empreendedor é identificado como trabalhador superior, ou ainda, como especulador e acumulador de riquezas. Na Alemanha destaca-se o pensamento do professor universitário Hans Von Mangoldt (1824-1858), caracterizando o empreendedor como “inovador e, ainda, como um supervisor, atribuindo-lhe habilidades de escolha de técnicas, de alocação dos fatores de produção e de venda dos produtos”. (MACHADO e NASSIF, 2014, p. 3).

Após 1830 os estudos no campo do empreendedorismo foram influenciados por concepções sociológicas, destacando-se Max Weber (1864-1920) e Werner Sombart (1863-1941). A noção de empreendedor para Weber é representada pela ética em conjunto com a busca de riqueza, valorizando-se o trabalho e a busca de rendimentos e lucros. Schumpeter (1883-1950), apresenta um caráter inovador para o empreendedor, considerando-o como um destruidor criativo do mercado, uma vez que provocaria desequilíbrio no mesmo utilizando-se do papel de liderança com imaginação criativa e a ocorrência de “inovação e ondas de adaptação”. (MACHADO e NASSIF, 2014, p. 3).

Em uma concepção mais contemporânea o empreendedorismo ingressa na era gerencial, caracterizando-se pela existência de organizações profissionais como, o *International Council of Small Business* e o *Small Business Center*. O empreendedor passa a ser visto como alguém que visualiza as oportunidades e que está sempre alerta ao ambiente e às mudanças, utilizando-se de seus recursos pessoais e interagindo com outras pessoas, transformam o que já possuem em novos meios e objetivos.

A consequência do conhecimento, criatividade, habilidade relacional e acúmulo de recursos físicos diferenciam os empreendedores atuais, em alguns casos até a “penúria ou escassez de recursos, pode resultar em criação de valor ou em crescimento”, como ressalta Machado e Nassif (2014, p. 5).

Através da compreensão de sua epistemologia, o empreendedorismo no Brasil tem se mostrado como ferramenta de desenvolvimento econômico. Conforme GRECO et al. (2016), em pesquisa elaborada em 2016 pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), 36% dos brasileiros possuem um negócio ou realizaram alguma ação com o objetivo de ser dono de sua própria empresa. Os autores destacam que o empreendedorismo por necessidade, aquele que

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

está relacionado a falta de opção de trabalho e renda, cedeu espaço para o empreendedorismo por oportunidade, afirmam que isso é bom, tendo em vista que boa parte dos empreendedores brasileiros estão abrindo seus negócios por vislumbrarem uma oportunidade, e não somente pela falta de opção e renda. Ressaltam que a participação do sexo feminino correspondia a 51% dos empreendimentos iniciais no Brasil no ano de 2016, essa informação mostra que o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho também tem se refletido no empreendedorismo.

Greco *et al.* (2016), ressalta que houve uma tendência de aumento na taxa total de empreendedores, no período de 2002-2016, particularmente entre 2005 a 2010, saindo de 21% para 32%. De acordo com os autores, na pesquisa realizada pelo Global *Entrepreneurship Monitor* (GEM) em 2015, dos países participantes o Brasil alcançou o percentual de 39% na taxa total de empreendedorismo, sendo este o maior da série analisada, entretanto salientam que em 2016 essa percentagem decresceu para 36%, o equivalente a 48,3 milhões de indivíduos. Essa redução caracterizou-se pela queda no número de empreendedores em estágio estabelecido, que em 2015 era de 19% e em 2016 cai para 17%, quanto da taxa de empreendedores em estágio inicial, destas, a primeira contribuiu de forma mais significativa. “Uma possível explicação para o ocorrido se dá pela instabilidade econômica vivenciada no Brasil após 2012”, (GRECO *et al.*, 2016, p. 26).

Embora, como citado, a atividade econômica nacional tenha decrescido, a taxa total de empreendedorismo (36%) em 2016 apresentou o segundo maior valor desde 2002, dessa forma, observa-se a consolidação do empreendedorismo ao longo do tempo como alternativa ao emprego formal, bem como sua crescente importância para a manutenção do nível de atividade econômica no Brasil.

2.3.1. Empreendedorismo em Palmas – TO

Poucas são as fontes de dados e pesquisa de empreendedorismo no município de Palmas, o que dificulta a obtenção de mais informações acerca do assunto. Haja vista a carência dessas referências, esta pesquisa assume papel relevante, uma vez que mostrará um possível crescimento quantitativo de negócios no município, concomitante ao desenvolvimento de suas capacidades empreendedoras.

Tal desenvolvimento caracteriza-se pelo comportamento do empreendedor. De acordo com Campos e Lima (2019), o comportamento é fruto de fatores motivacionais, como “a necessidade de realização pessoal através do negócio, como um elemento motivacional que ajuda a descrever o comportamento empreendedor e influencia no desenvolvimento de competências empreendedoras”. Nesse ínterim, McClelland (1987) descreve que a realização pessoal está diretamente associada ao desenvolvimento de comportamentos que promovam a criação e o desenvolvimento de novos negócios por meio da responsabilidade pessoal e inovadora que o empreendedor assume ao estabelecer metas desafiadoras para que seu negócio possa ter um bom desempenho perante ao mercado. Man, Lau e Chan (2002) complementam ao afirmarem que esse comportamento pode colaborar para o desenvolvimento de competências diversas no empreendedor, como por exemplo, habilidade em identificação de oportunidades de negócios, capacidade de gestão eficiente, e até mesmo formar redes de relações.

Conforme dados da Junta Comercial do Tocantins (JUCETINS, 2018), até agosto de 2015 constituíram-se como Microempreendedor Individual 7.542 pessoas, contra 7.304 até agosto no ano de 2016. Demonstrando-se uma queda de 3,16% quando se compara esses valores. Em relação ao empresário individual, também até agosto de 2015 tinha-se uma

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

estatística de 847 e em 2016 861, levando-se em consideração o mesmo período para os dois anos, nota-se um pequeno aumento de 1,63% em 2016.

Ainda de acordo com informações da Junta Comercial do Tocantins, foram constituídas sob a forma de sociedade empresarial de responsabilidade limitada (Ltda) 1.161 empresas até o mês de agosto de 2015, enquanto que em 2016 considerando o mesmo período, organizaram-se sob a mesma forma empresarial 924 empresas, apresentando uma queda de 20,41% em 2016 quando se analisa o mesmo período para os dois anos. Já Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (Eireli), apresentou uma pequena evolução observando-se o número de constituições para o mesmo período nos dois anos citados, 711 em 2015 e 720 em 2016.

Em análise ao total de constituições sob todas as formas empresariais sendo elas Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Sociedade empresarial de responsabilidade limitada (LTDA), empresa Individual de responsabilidade limitada (Eireli), Sociedade Anônima (SA), Cooperativas e outras Sociedades, nota-se uma pequena queda de 2015 para 2016 quando se considera o período de janeiro a agosto dos anos citados, sendo 10.297 para o ano de 2015 e 9.849 para 2016.

4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICOS

Pizzani et al. (2012) esclarecem que o levantamento bibliográfico objetiva proporcionar aprendizado sobre determinada área do conhecimento, dessa forma o mesmo foi realizado com a finalidade de depreender sobre microcrédito e empreendedorismo no mundo, no Brasil e em Palmas com o escopo de se alargar a compreensão destes, para então melhor entendê-los na área a ser estudada.

Conforme Sampieri, Collado e Lucio (2013), os estudos exploratórios servem para nos tornar familiarizados com fenômenos relativamente desconhecidos, obter informação sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa mais completa relacionada com um contexto particular, pesquisar novos problemas, identificar conceitos ou variáveis promissoras.

Apresentam a pesquisa descritiva como um detalhamento de fenômeno, situações, contextos e eventos, ou seja, visa detalhar como se manifestam buscando especificar as propriedades, os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outra coisa que se submeta a uma análise.

A pesquisa quanto ao objetivo foi caracterizada como exploratória e descritiva. Exploratória, pois buscou obter informações gerais sobre como o microcrédito tem auxiliado no desenvolvimento empreendedor da área em que realizou-se o estudo, e descritiva uma vez que pretendeu identificar e descrever se a concessão de crédito por meio das instituições entrevistadas realmente contribuiu para o crescimento e desenvolvimento dos empreendedores.

Foi utilizada a abordagem qualitativa, tendo em vista a utilização de técnicas e procedimentos da pesquisa documental, levantamento mediante entrevista às instituições pesquisadas e estudo de caso com um empreendedor tomador do microcrédito, onde, por intermédio de uma entrevista buscou-se compreender a partir da perspectiva do participante a relação que o pequeno empréstimo possui com o desenvolvimento da atividade empreendedora. Optou-se por efetuar a pesquisa com apenas um empreendedor tendo em vista que não se buscou uma amostra probabilística para esse momento.

Sampieri, Collado e Lucio (2013) abordam que o foco da pesquisa qualitativa é compreender e aprofundar os fenômenos que são explorados a partir da perspectiva dos participantes em um ambiente natural e em relação ao contexto em que vivem. Ressaltam que

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

tal enfoque é selecionado quando buscamos compreender o ponto de vista dos indivíduos ou grupos pequenos de pessoas que serão pesquisados, levando em consideração os fatos que os rodeiam, aprofundando-se em suas experiências, opiniões e significados, isto é, a forma como os participantes percebem subjetivamente sua realidade.

A área de estudo da presente pesquisa foi o município de Palmas-TO e a mesma ocorreu em duas etapas, como explicado:

4.1. ETAPA I

Em um primeiro momento realizou-se junto às instituições Banco do Povo de Palmas, Agência de Fomento do Tocantins, e Banco do Empreendedor no mês de agosto de 2018, onde, através de um procedimento documental foram examinados dados referentes ao perfil dos empreendedores beneficiados, de forma a evidenciar qual a predominância dos tomadores de crédito, se exercem atividade formal ou informal e se houve aumento do número de pessoas atendidas ao longo dos últimos três anos.

Além do procedimento documental, foi realizado um levantamento na mesma ocasião mediante uma entrevista semiestruturada a pessoas que lidam diretamente com o microcrédito nas instituições mencionadas. Objetivou-se analisar a concepção dos mesmos no que diz respeito à concessão de microcrédito oferecida para o desenvolvimento empreendedor de Palmas.

Flick (2008) diz que o foco da pesquisa com entrevistas está em sua maioria na experiência individual do participante, que é considerado relevante para se entender a experiência das pessoas em uma situação semelhante. Assim, como forma de facilitar a compreensão de sua aplicação, o roteiro de entrevista utilizado foi elaborado visando identificar os tipos de empreendedores que mais são atendidos com a utilização do microcrédito, se para essas instituições que o concedem o uso deste tem auxiliado no desenvolvimento das atividades de quem recebe, a taxa de inadimplência, se há e quais os retornos dos beneficiados após o pagamento dos empréstimos, bem como a satisfação das citadas entidades em relação à concessão dos pequenos empréstimos.

4.2. ETAPA II

A segunda etapa da pesquisa consistiu em um estudo de caso realizado no mês de setembro de 2018 com um empreendedor beneficiado pelo microcrédito oferecido por meio de uma das instituições pesquisadas na etapa anterior. Para tanto, foi realizada entrevista semiestruturada com a finalidade de observar de que forma o crédito concedido contribuiu ou tem contribuído para o seu crescimento e desenvolvimento.

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo que se define pelo interesse em casos individuais, visando à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e circunstanciada de informações (VENTURA, 2007). Dessa forma, a escolha de um aleatória por conveniência de empreendedor tomador do microcrédito oferecido pelas instituições entrevistadas, teve como intuito sondar e compreender de que forma a concessão de pequenos empréstimos tem contribuído para o empreendedorismo.

O roteiro de entrevista visou entender a concepção do empreendedor no que diz respeito ao auxílio que o crédito obtido possui na execução das atividades do negócio, a burocracia que este enfrenta para adquirir os pequenos empréstimos, a frequência com que utiliza, o tipo de atividade e a relação com o microcrédito bem como o uso deste para início do empreendimento.

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

Após ter-se identificado a percepção das instituições entrevistadas e do empreendedor foi feita análise dos dados coletados. Buscou-se uma comparação visando compreender o entendimento tanto dos bancos fornecedores do crédito quanto do tomador no que diz respeito à utilização do microcrédito como fomentador do empreendedorismo.

5. RESULTADOS E ANÁLISES

Conforme previsto na metodologia, a coleta de dados ocorreu em duas etapas, em um primeiro momento foram realizadas visitas às três instituições de fomento em operação no Estado do Tocantins, sendo elas Banco do Povo de Palmas, Agência de Fomento do Tocantins e Banco do Empreendedor. Posteriormente foi realizado um estudo de caso com um empreendedor beneficiado pelo microcrédito oferecido pelos mencionados bancos. A análise dos dados pode ser explicada como segue abaixo.

5.1. ANÁLISE DA ETAPA I

No período de 14 a 17 de agosto de 2018 foram realizadas visitas ao Banco do Povo de Palmas onde contatou-se a Superintendente de Inclusão Social e Preventiva, à Agência de Fomento do Tocantins por meio da Coordenadora de Prospecção de Oportunidades de Negócios e ao Banco do Empreendedor através da Analista de Crédito do local, na ocasião foi realizada uma pesquisa documental junto a essas instituições, com o objetivo de sondar quais os tipos de empreendedores que mais são atendidos com o microcrédito, bem como analisar a concessão do mesmo ao longo dos últimos três anos. Feito isso, realizou-se uma entrevista do tipo semiestruturada nas citadas instituições com o escopo de se entender a concepção destas no que diz respeito à concessão de microcrédito e o desenvolvimento dos empreendedores beneficiados.

Um das pautas da entrevista visou entender o perfil dos empreendedores atendidos com o microcrédito. Para as três instituições o Microempreendedor individual apresentou-se como a classe mais atendida. Relataram que em sua grande maioria, são pessoas que de início trabalham na informalidade, mas que com o auxílio do recurso concedido, ampliam seus negócios e se formalizam.

A agência de fomento do Tocantins possui parceria com o Sebrae, então busca incentivar as pessoas que se utilizam do crédito oferecido a se legalizar, além disso demonstrou que quem tem buscado são realmente os pequenos empreendimentos, a exemplo: a barraca do cachorro quente, o espetinho, bem como o iniciante, que está precisando de capital de giro e investimento fixo para a compra de equipamentos. Assim, conforme ressaltado por Braga e Toneto Jr (2000), verifica-se que o microcrédito apresenta-se como instrumento alternativo, visando atender às necessidades daqueles que, de alguma forma buscam empreender.

Conforme a Coordenadora de Prospecção de Oportunidades de Negócios, “nos anos de 2012 e 2013 a agência de fomento possuía uma carteira significativa de clientes Pessoa Física como tomadora do microcrédito, mas desde a parceria com o Sebrae, passou a incentivar a formalização dos empreendedores”, dessa forma atualmente o perfil mais atendido é o formal. Fato semelhante acontece no Banco do Povo de Palmas, onde a grande maioria dos beneficiados com o crédito trabalham na legalidade. O Banco do Empreendedor tem atendido a muitas pessoas que atuam na informalidade, mas possui o mesmo objetivo comum às demais instituições mencionadas, incentivar a formalização da atividade empreendedora.

A maioria das pessoas que em um primeiro momento recorrem ao microcrédito do Banco do povo de Palmas não possuem recursos próprios para iniciar suas atividades, nem a

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

quem recorrer, assim, conforme a instituição, vislumbram no crédito oferecido uma forma de adentrar ao mercado de Palmas e montar uma estrutura mínima que venha a tornar o empreendimento mais viável e acelerado.

Têm sido atendidos aqueles pequenos empreendedores que antes estavam no mercado, mas que acabaram saindo, dessa forma com a utilização do recurso retornam e iniciam novamente seus negócios, exemplo: boleiras, vendedores de salgadinhos, vendedores de marmitex etc. Além destes, pode-se citar aqueles que já possuem ocupação, mas que detêm algum talento e então estabelecem seus negócios, como os artesãos.

Para a Agência de Fomento do Tocantins, o microcrédito tem auxiliado os empreendedores, uma vez que tem ajudado na ampliação do negócio. Haja vista o cenário em que se encontra o mercado tocantinense se não houver algum investimento no empreendimento se retrocede, assim através da modalidade que mais tem sido concedida, sendo esta o capital de giro, a instituição ressalta que tem se mostrado viável a organização da atividade executada, seja através da compra de mercadorias ou em alguma modernização local. Conforme o Banco do Empreendedor (2018) a utilização desses pequenos empréstimos tem assegurado a compra do suporte básico necessário. Salienta que o investimento fixo como uma das alternativas oferecidas tem se mostrado relevante, pois ajuda a aumentar a produtividade, como exemplo, pode-se citar as pessoas que fazem curso de costura no SENAI, e posteriormente buscam esse subsídio para começar seus serviços.

No que se refere à burocracia existente para a concessão do microcrédito, o Banco do Povo acrescenta que esta é pequena, isso devido ao mesmo ser um fundo de fomento, e como tal atender pessoas que no geral são excluídas das instituições financeiras existentes. Braga e Toneto Jr (2000) já afirmavam que o sistema financeiro tende a assumir um caráter conservador. Sendo assim, só é exigido do cliente Pessoa Física que possua uma avalista (podendo ser pessoa física ou jurídica), não ter restrição aos órgãos de proteção ao crédito e documentos básicos como CPF e RG. Da pessoa jurídica é necessário os documentos pessoais do dono da empresa, os de constituição da entidade, cartão do CNPJ, alvará de funcionamento, entre outros.

Na Agência de Fomento do Tocantins a burocracia para obter o pequeno empréstimo é praticamente a mesma do banco do Povo, além do fato do empreendedor poder contar com a existência do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas, que tem o SEBRAE como avalista ou fiador facilitando, assim, a concessão do microcrédito. O Banco do Empreendedor destaca-se dos citados pela existência da visita técnica como forma de verificar a veracidade das informações apresentadas por quem se utiliza do crédito. Avalia-se o público atendido no empreendimento, a qualidade do serviço ou produto oferecido e posteriormente é feito laudo técnico pelo analista, onde é definido se mantém-se o valor solicitado ou não.

Se tratando da taxa de inadimplência no Banco do Povo de Palmas, conforme relatado pela instituição, o percentual foi de 5,25% no ano de 2016 e caiu para 3,21% em 2017. Observa-se que houve uma redução significativa quando compare-se com a de 2012, que foi de 11%. Machado e Nassif (2012), afirmam que a taxa de inadimplência do banco inspiração do microcrédito solidário, Grameen Bank é de 3,38%, dessa forma verifica-se que o Banco do Povo de Palmas tem apresentado uma menor.

A Agência de Fomento do Tocantins salientou que nas auditorias realizadas não tem se percebido uma taxa de inadimplência considerada alta. Até 2016, o índice era mais elevado, mas atualmente a carteira de crédito tem se apresentado favorável, isso porque o processo de concessão de crédito passou a visualizar a necessidade dos beneficiados, as condições de pagamento bem como a liquidez que estes apresentam em relação a tomada de crédito. O Banco do Empreendedor considera que sua taxa de inadimplência é pequena, 3,5%

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

até agosto de 2018. Como prova de que os beneficiados têm cumprido com suas obrigações de pagamento, as três instituições entrevistadas afirmaram que tão logo pagam o microcrédito, já retornam novamente e se utilizam de outro.

Para as três instituições a concessão do microcrédito tem sido notória para aqueles que estão atrelados ao comércio e prestação de serviço. O Banco do Povo, em específico, ressalta que o público que exerce atividade formal tem sido o mais atendido, porém é de interesse dessa instituição que essas pessoas saiam da informalidade e sejam inseridas no mercado de Palmas. Dessa forma, pôde-se verificar que o número de pessoas que já atuam em algum seguimento é grande, mas também são frequentes casos daqueles que estão iniciando seus negócios e buscam o capital de giro para ajudar na complementação do processo de implantação e formalização da atividade empreendedora.

As instituições afirmaram que tendo em vista que o objetivo é fomentar o mercado local com o microcrédito, tem sido satisfatório saber que tem contribuído de forma contínua no processo de implantação e manutenção dos pequenos empreendimentos.

Na pesquisa documental realizada no Banco do Povo de Palmas, verificou-se que no ano de 2015 foi concedido um valor total de R\$ 1.548.300,00 de microcrédito, onde foram atendidos 234 empreendedores, destes 201 são Pessoa Jurídica e 33 são Pessoa Física, constatando-se, assim, que aqueles que atuam na formalidade foram os que mais se utilizaram nesse período. Cabe ressaltar que o banco afirmou que a grande maioria dessas pessoas são clientes que usufruem do crédito de forma contínua, chegaram como pessoa física, ampliaram o negócio com o auxílio do empréstimo oferecido e depois legalizaram-se.

No ano de 2016 o Banco do Povo concedeu R\$ 1.568.412,00 em microcrédito, atendendo um total de 238 pessoas, dessas 167 são Pessoa Física e 71 Pessoa Jurídica. Em 2017 foi liberado R\$ 1.567.500,00 sendo este valor concedido para 192 empreendedores, 159 Pessoa Jurídica e 33 Pessoa Física. A instituição ressaltou que embora o número de pessoas beneficiadas tenha diminuído em relação aos últimos dois anos, o limite dos empréstimos foi estendido possibilitando, segundo esta, a capacidade de ampliação do negócio.

Dos 192 empreendedores que utilizaram microcrédito no ano de 2017 no Banco do Povo de Palmas, 98 são do sexo masculino e 94 do feminino. Goulart e Neto (2012), afirmam que a presença feminina no quadro de financiados é uma tendência dos programas voltados para o microcrédito, desde o seu precursor, o Grameen Bank, até o maior programa de microcrédito do Brasil, o Crediamigo.

Conforme a Agência de Fomento do Tocantins, foram liberado por esta R\$ 664.000,00 no ano de 2015 para a linha de microcrédito, R\$ 305.000,00 em 2016 e R\$ 352.000,00 em 2017. Foram atendidos cerca de 170 empreendedores ao longo dos últimos três anos citados, todos já são clientes que sempre que pagam um empréstimo, utilizam-se de outro. De acordo com a agência, a grande maioria são Pessoa Jurídica. Cabe ressaltar que as informações obtidas a cerca de tais valores, foram extraídas dos relatórios internos das instituições pesquisadas fornecidos pela instituição. No Banco do Empreendedor foram efetuados 125 atendimentos relacionados ao microcrédito orientado no ano de 2015 e 194 em 2016, destes a grande maioria foi para o público informal, mas ressaltaram que sempre incentivam a formalização dos beneficiados.

O Quadro 01, tem como objetivo demonstrar de forma sucinta as principais características relacionadas ao microcrédito analisadas nas três as instituições pesquisadas.

Quadro 01 – Características do microcrédito nas instituições pesquisadas

Instituições entrevistadas		
Banco do povo de Palmas	Agência de fomento do	Banco do empreendedor

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

		Tocantins	do Tocantins
Empreendedores mais atendidos com o microcrédito	Microempreendedor Individual	Microempreendedor Individual	Microempreendedor Individual
Auxílio do microcrédito na atividade empreendedora	Tem auxiliado no início e na ampliação do negócio	Tem auxiliado no início e na ampliação do negócio	Tem auxiliado no início e na ampliação do negócio
Burocracia para concessão do microcrédito	Consideram pequena	Consideram pequena	Consideram pequena
Taxa de inadimplência	3,21% até 2017	Tem se mostrado pequena nas auditorias realizadas	3,5% até 2017
Setor mais atendido	Comércio e prestação de serviço	Comércio e prestação de serviço	Comércio e prestação de serviço
Número de empreendedores atendidos	192 empreendedores em 2017	170 empreendedores ao longo dos últimos 3 anos	194 empreendedores em 2016

Fonte: Autores, 2019.

Conforme pode-se observar no Quadro 01 a presença do Microempreendedor Individual como quem mais se utiliza do microcrédito é comum nas três instituições entrevistadas, o auxílio do pequeno empréstimo como fomentador tanto para o início da atividade quanto para a ampliação daquela já existente também mostrou-se presente. A taxa de inadimplência apresenta-se pequena nos bancos pesquisados e verifica-se que o comércio e prestação de serviço tem sido o setor mais atendido nos três bancos analisados.

De acordo com o previsto na metodologia o próximo passo da pesquisa, a etapa II, consistiu em identificar um empreendedor usuário do microcrédito nas instituições pesquisadas, para que então se procedesse a um estudo de caso junto ao mesmo, o que foi possível de se realizar e será descrito abaixo.

5.2. ANÁLISE DA ETAPA II

Foi realizada visita a uma empreendedora beneficiária do microcrédito oferecido pelo Banco do Povo de Palmas no dia 14 de setembro de 2018. Na ocasião, foi realizado um estudo de caso, por meio de uma entrevista do tipo semiestruturada buscou-se entender como o microcrédito concedido tem auxiliado no seu negócio. Trata-se de atividade executada no ramo do artesanato, com solicitação de patente e tem como produtos aromas, sabonetes, cremes, entre outros, vendidos para mais de 40 lojas em Palmas-TO.

A empreendedora que exerce atividade formal e atua como Microempreendedor Individual, salientou que já trabalhava na legalidade antes de buscar o microcrédito, estando há dois anos comercializando seus produtos. Assim, afirmou que recorreu ao crédito do Banco do Povo como forma de aprimorar seu negócio, como já ressaltou a instituição que o pequeno empréstimo tem auxiliado também na ampliação da atividade.

Conforme a empreendedora, o microcrédito adquirido junto ao Banco do Povo ajudou em uma melhor localização para a venda de seus produtos. Antes de recorrer a essa linha de crédito, afirmou que possuía mais gastos com transporte, tendo em vista que residia mais longe de seus clientes. Com a utilização do recurso foi possível alugar um local mais próximo das lojas em que vende sua mercadoria, ao tempo em que pôde economizar com sua mobilidade. Além disso, foi possível obter uma estrutura de prateleiras para que pudesse colocar toda a produção e comprar mais matéria-prima como forma de possibilitar um aumento na fabricação. Braga e Toneto Jr (2000) afirmam que o microcrédito apresenta-se

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

como instrumento alternativo, visando atender às necessidades daqueles que, de alguma forma, buscam empreender.

A empreendedora afirmou também que está tentando adquirir o microcrédito oferecido pela Agência de Fomento do Tocantins para que possa comprar mais matéria-prima e aumentar a produção de essências, objetivando atender uma maior demanda das lojas em que comercializa. Na entrevista, a Agência de Fomento do Tocantins reiterou que o microcrédito tem auxiliado os empreendedores, uma vez que tem ajudado na ampliação do negócio.

A empreendedora ratificou os aspectos negativos – ou disfunções – da burocracia mencionada pelas instituições de fomento entrevistadas. Ressaltou que quando se está organizado com a documentação exigida, a liberação do microcrédito é rápida. Acrescentou que nunca se tornou inadimplente e que tão logo efetua o pagamento do crédito e necessita de outro, já retorna e utiliza novamente.

Para iniciar suas atividades, a empreendedora salientou que não foi necessário o microcrédito, mas para ampliar e desenvolver, fez uso do mesmo. Ressaltou que sente-se satisfeita com sua utilização, uma vez que este tem auxiliado na manutenção do negócio.

Sabe-se que o microcrédito pode induzir o desenvolvimento de quem deseja empreender, principalmente em se tratando daqueles que não possuem acesso às tradicionais linhas de crédito, pois este oferece taxas de juros abaixo do que o mercado exige, assim os pequenos empreendedores vislumbram uma possibilidade de iniciar ou mesmo ampliar seus negócios. Assim, corroborando com Braga e Toneto Jr (2000), a partir da experiência obtida pela empreendedora entrevistada, analisou-se que o pequeno empréstimo tem subsidiado melhoras no seu negócio possibilitando a compra até mesmo de matéria-prima. Verifica-se que foi possível o crescimento da atividade empreendedora, mediante a obtenção de uma estrutura básica e até mesmo uma melhor localização.

6. CONCLUSÃO

Estudos relacionam o empreendedorismo, dentre outras coisas, com o desenvolvimento econômico. A partir da criação de algo diferente e com valor, onde dedica-se tempo, esforço e assume-se riscos financeiros o ato de empreender desponta como o desenvolvimento de habilidades e competências relacionadas a uma capacidade inovadora e produtiva assumindo-se o papel de agente fundamental no processo de crescimento econômico.

Diante das abordagens dos diversos autores citados no referencial, verifica-se que a concessão de crédito pode ser essencial para que inicie ou mesmo se amplie um negócio. Os micro e pequenos empreendimentos, geralmente informais, porém com alto potencial produtivo em alguns casos, não dispõem de rendimento próprio suficiente para apresentar garantias reais nas operações financeiras convencionais, são, na maioria das vezes, excluídos do acesso ao crédito. A utilização desse recurso financeiro poderá auxiliar na produção de bens e serviços, aumentando a capacidade de desenvolvimento da atividade empreendedora, podendo-se chegar à elevação da renda.

Como forma de atender às necessidades daqueles que não possuíam acesso às tradicionais linhas de crédito, Yunus induziu à criação de uma instituição de fomento que viesse a conceder recursos à população pobre e que efetivasse mecanismos suficientes para romper com o círculo de pobreza. Dessa forma, estabeleceu-se a proposta de ofertar o microcrédito sem a exigência de garantia real aos pequenos produtores, obtendo-se, a partir deste meios de produção ou insumos para a execução do negócio.

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

A partir das experiências de Yunus, diversas instituições fornecedoras de microcrédito surgiram pelo mundo, caracterizando-se por fornecer crédito de baixo valor destinado a pequenos empreendimentos e com a finalidade de alavancar as atividades iniciais ou mesmo ampliar aquelas já existentes. Assim, ao permitir a possibilidade do crédito àquelas pessoas que não têm acesso ao sistema bancário tradicional, pode-se propiciar mecanismos autossustentáveis para o andamento da atividade empreendedora.

Em Palmas-TO, são três as instituições que lidam com o microcrédito, onde todas foram objeto de estudo desta pesquisa. São elas, Banco do Povo de Palmas, Agência de Fomento do Tocantins e Banco do Empreendedor. Através destas, pôde-se constatar como a concessão do microcrédito possibilita a contribuição para o desenvolvimento dos pequenos empreendedores que estão iniciando ou mesmo buscando ampliar seu negócio, uma vez que verificou-se que sua utilização tem sido empregada desde a compra de matéria-prima até a obtenção de equipamentos para o empreendimento.

Além de analisar a contribuição do microcrédito do ponto de vista das instituições de fomento, buscou-se, também, a experiência de uma empreendedora com a utilização do crédito disponibilizado e os benefícios advindos como consequência do apoio creditício. Verificou-se que o recurso tem auxiliado desde a compra de matéria-prima até a estrutura básica para venda do produto.

Assim, ante a perceptível contribuição do microcrédito para o desenvolvimento empreendedor daqueles que o tem utilizado, recomenda-se o incremento de mais recursos por parte do poder público nas instituições de fomento objeto desta pesquisa, uma vez que o crédito concedido tem auxiliado no andamento das atividades daqueles que desejam iniciar ou mesmo ampliar seus negócios.

Em se tratando da empreendedora entrevistada, por mais que o microcrédito tenha auxiliado na compra de matéria-prima, melhor localização para venda dos produtos bem como uma estrutura básica para a produção, recomenda-se que, através do uso do recurso concedido, sejam buscadas formas de obter capital de giro próprio para manutenção do negócio, de forma a possuir as fontes próprias necessárias para financiar o seu crescimento.

Mediante à pesquisa, sugere-se mais pesquisa na área do empreendedorismo e microcrédito, sobretudo em Palmas e no Tocantins, onde poucas são os estudos a cerca do assunto abordado. Por meio de informações no tocante ao tema, haverá mais possibilidades de conhecimento acerca de como o microcrédito pode contribuir para o crescimento e desenvolvimento do empreendedorismo no estado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Microcrédito**. 2018.

Disponível em: <<http://www.fomento.to.gov.br/microcredito/pessoa-juridica/>>. Acesso em: 23 de mar 2018.

BANCO DO EMPREENDEDOR. **Microcrédito**. 2017. Disponível em:

<<http://bem.to.gov.br/programas/microcredito/>>. Acesso em: 24 de mar 2018.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Microcrédito**. 2018. Disponível em:

<www.bancoamazonia.com.br/index.php/governo/microcredito>. Acesso em: 13 de abr 2018.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R. M. **Estudo: A Estabilidade Inaceitável:**

Desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA. 2001. Disponível em <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf>. Acesso em 18 de fev. 2018

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

BRAGA, M. B.; TONETO JR, R. **Microcrédito: aspectos teóricos e experiências**. Rev. Análise Econômica. Porto Alegre: UFRGS, mar./set., 2000.

BANCO DO POVO. **Dono do meu negócio**. 2017. Disponível em: <www.palmas.to.gov.br/secretaria/banco-povo/noticia>. Acesso em: 9 de mar 2018.

COSTA, F. N. da. **Microcrédito no Brasil**. IE/UNICAMP. 2010

CAIXA. **Microcrédito Produtivo Orientado Caixa**. 2018. Disponível em: <www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/crescer>. Acesso em: 13 de abr de 2018.

CAMPOS, T. M.; LIMA, E. O. **Um Estudo sobre os Fatores que Influenciam no Desenvolvimento de Competências Empreendedoras**. Revista Pretexto, v. 20, n. 1, p. 38-56, 2019.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. 21. ed. Porto Alegre: Artmed editora S.A, 2008. 164 p.

GONZALEZ, L.; RIGHETTI, C.; DI SÉRIO, L. C. O impacto do microcrédito na receita: o caso do Banco Real no Brasil. Rev. econ. desprezo., Rio de Janeiro, v. 18, n.3, p.453-476, dezembro de 2014. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482014000300453&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de junho de 2020.
<https://doi.org/10.1590/141598481837>

GOULART. M. J. B; NETO. A. J. P. A. **Densa vida social e política dos agentes da estrutura organizacional do banco do povo**. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, V. 4 N. 2. p. 1-26. Jan/jul.2012

GRECO, S. M. S. et al. **Empreendedorismo no Brasil – 2016**. 22. ed. Curitiba, 2016

JUNTA COMERCIAL DO TOCANTINS. **Estatística Estadual**. 2016. Disponível em: <<https://juacetins.to.gov.br/outros-servicos/estatistica-estadual/>>. Acesso em: 18 de abr de 2018

LIMA, S. N. **Microcrédito como política de geração de emprego e renda**. BNDS.2009. Disponível em <<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>>. Acesso em 25 de fev. 2018

MACHADO. H. P. V; NASSIF. V. M. J. **Réplica – Empreendedores: Reflexões sobre Concepções Históricas e Contemporâneas**. Revista ANPAD, Rio de Janeiro, V. 18, N. 6. 892-899, nov./dez.2014

McCLELLAND, D. **Characteristics of successful entrepreneurs**. The Journal of Creative Behavior, v. 21, n. 3, p 219-233, 1987.

MAN, T.; LAU, T.; CHAN, K. **The competitiveness of small and medium enterprises: A conceptualization with focus on entrepreneurial competence**. Journal of Business Venturing, v. 17, n. 2, p. 123-142, 2002.

MOURÃO, G. N. **O modelo original de microcrédito e sua versão brasileira: o que deu errado?**. Revista FAE, v.22, n.1, p.35-50, jan./jun.2019.

NERI, M.; MEDRADO, A. L. **Experimentando microcrédito: uma análise de impacto do CrediAmigo no acesso a crédito**. Revista Econômica do Nordeste, v. 41, n. 1, p. 133-154, 2010.

Estudo da Contribuição de Instituição de Fomento e do Microcrédito
no Desenvolvimento Empreendedor de Palmas/TO

PIZZANI, L. et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento**. Revista Dig. Bibl. Ci. Inf, Campinas, v.10, n.1, p. 53-66, jul./dez.2012

SAMPAIO, P. S. **O Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: um Panorama da Evolução do Quadro Regulatório, dos Atores Institucionais e de seu Efeito na Superação da Pobreza**. Revista de Direito Setorial e Regulatório, Brasília, v. 2, n. 2, p. 47-104, outubro 2016.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. Metodologia de pesquisa. 5. Ed. Porto Alegre: Penso Editora LTDA, 2013. 624 p .

SEBRAE. **Microcrédito: quando pouco dinheiro pode gerar milhões de Benefícios**. Revista Sebrae, jun. 2005. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso em: 6 fev. 2018.

SEBRAE. **Principais números sobre a participação dos pequenos negócios nas economias brasileira e paulista**. <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acessado em 15 de junho de 2020.

VENTURA, M. M. **O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa**. Revista SOCERJ. Rio de Janeiro, v. 20, n.5, p.383-386, set./out.2007.